



**ISPU**

# Humanitas



Revista da ESCJS

**Nº 2**

Maputo, Dezembro 2006



ISPU

**HUMANITAS Nº 2**

Revista da ESCJS – Escola Superior de Ciências Jurídicas e Sociais

Director: Francisco Noa

Conselho Editorial: Ana Vilela Agostinho, Bernardo Mavanga, Fernando Ribeiro, Kátia Paim Vassoa, Gregório Firmino, Irene Mendes, Marcelino Alves.

Número organizado por: Marcelino Alves

Endereço: ISPU – Instituto Superior Politécnico e Universitário  
Escola Superior de Ciências Jurídicas e Sociais  
Av. Samuel Kankomba, 1005, Maputo, Moçambique  
Cels.: 258-82-3285250 e 258-82-3133700  
Email: [ispu@ispu.ac.mz](mailto:ispu@ispu.ac.mz)  
Web: [www.ispu.ac.mz](http://www.ispu.ac.mz)

A revista da ESCJS publica-se uma vez por ano. O Conselho Editorial aceita artigos de investigadores, académicos e docentes de outras instituições dentro ou fora do país.

Produção gráfica: Elográfico  
Tiragem: 1.000 exemplares  
Nº de Registo: 4915-RLINLD/2006  
Maputo, Dezembro de 2006

## Línguas Moçambicanas no Actual Contexto Sociolinguístico Moçambicano

*Irene Mendes<sup>1</sup>*

### Introdução

As línguas moçambicanas têm estado a desempenhar um papel importante no actual contexto sociolinguístico moçambicano a par de outras línguas, principalmente, do português e do inglês.

A seguir à Independência Nacional, os linguistas moçambicanos começaram a interessar-se por estas línguas, conseqüentemente, surgiram valiosos trabalhos de investigação, particularmente, no âmbito da Linguística Aplicada e da Didáctica das Línguas. É assim que se levanta a questão do bilinguismo e se analisa a língua materna em oposição às línguas segunda e língua estrangeira. Toma-se consciência que as línguas moçambicanas são maternas para a maioria dos moçambicanos, sobretudo os rurais e suburbanos, por isso, deviam ser tratadas com mais atenção. Por outro lado, passados sensivelmente cinco anos depois da independência, o governo começa a incentivar o uso de línguas moçambicanas como forma de se conservarem valores tradicionais e culturais. Hoje em dia, algumas destas línguas funcionam como línguas veiculares em alguns pontos do país. Neste contexto, entendemos por língua veicular àquela que permite estabelecer a intercomunicação entre falantes de diferentes línguas maternas.

Embora seja um tema já tratado e debatido por outros investigadores, decidimos desenvolvê-lo, por o acharmos interessante e inacabado. Assim, neste artigo, abordaremos os seguintes aspectos: a problemática de uma designação; o papel das línguas moçambicanas nos diferentes sectores, tais como: na educação, na comunicação social, na religião, na literatura e no teatro e finalmente nos referiremos à sua influência sobre o português.

---

<sup>1</sup> – Docente de Português e Técnicas de Expressão e de Linguagem e Comunicação, nos cursos de Educadores de Infância e de Ciências da Comunicação do ISPU. Email: irenemendes@yahoo.com

## 1. Línguas moçambicanas: problemática de uma designação

Alguns autores movidos por razões políticas, outros, talvez, por questões culturais e de identidade, e ainda outros por motivos linguísticos, o certo é que têm aparecido várias formas para designar as línguas moçambicanas; isto quer dizer que não tem havido consenso em relação à designação a atribuir a estas línguas. Os órgãos de informação e singulares utilizam com frequência a designação "línguas nacionais". Entre investigadores, há quem prefira empregar "línguas indígenas", "línguas nacionais", "línguas locais", "línguas bantu", "línguas autóctones", "línguas moçambicanas" e "línguas moçambicanas de raiz bantu". Apresentamos seguidamente alguns argumentos utilizados por académicos, justificando, por vezes, a sua opção:

Gonçalves (1996, 97 e 98) utiliza regularmente "línguas bantu" ou "língua do grupo bantu", abreviando, por vezes por "LB's", como podemos ver em 1996: "...em que os falantes têm como L1 uma língua do grupo bantu..." (Gonçalves:1996:11) e "a interferência das LB's parece ocorrer a nível geral..." (ibidem: 52); em 1998: "Com efeito, a interação do Português com línguas de tipo muito distinto, as línguas bantu, contribui (...) para o desencadeamento quer de fenómenos de flutuação, (...) quer mesmo de casos de mudança linguística" (Gonçalves:1998:1).

Lopes, à semelhança de Gonçalves, prefere utilizar "línguas bantu": "De momento, e para evitar o uso indiscriminado de terminologia, sou a favor (e recomendo) o uso do termo bantu para as línguas faladas desde há séculos em Moçambique" (Lopes:1997:19).

Mas também utiliza "línguas indígenas": "Hoje, em dia, parecerá não haver apenas um único termo para referir às línguas indígenas" (ibidem:16). Em seguida, este autor reflecte sobre o termo "língua nacional": "...julgo que os moçambicanos usam muitas vezes o termo "nacional" para fazer uma distinção entre as línguas indígenas e a língua oficial (Português)" (ibidem:17), explicando as possíveis interpretações: "Quanto ao termo língua nacional, este é utilizado, com frequência, de diferentes maneiras. Se nacional estiver associado a reivindicações nacionalistas de autenticidade e se o Estado lhe atribuir algum reconhecimento, então todas (ou quase todas) as línguas indígenas se podem qualificar como nacionais. Se nacional for interpretado como querendo significar âmbito nacional, então somente algumas (ou nenhuma) línguas indígenas se podem qualificar como nacionais" (ibidem).

Os organizadores da brochura da Rádio Moçambique utilizam "línguas moçambicanas", ao intitularem-na *História das Línguas Moçambicanas* na RM (2001).

O Nelimo, Núcleo de Investigação da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), e o INDE, Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação designaram, igualmente, em 1989, "línguas moçambicanas" quando organizaram o primeiro seminário, denominado "I Seminário sobre a Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas". Mais tarde, em 2000, Bento Siteo e Armindo Ngunga, reconhecidos bantuístas moçambicanos, optaram também por "línguas moçambicanas" quando compilaram o "Relatório do II Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas".

Gregório Firmino prefere utilizar "línguas autóctones", como se pode confirmar a partir do título da sua obra: *A "questão linguística" na África pós-colonial: o caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique* e ao desenvolver um item designado: "As línguas autóctones" (Firmino:2002:78-112).

Consultando o adjectivo "autóctone", no dicionário da língua corrente, encontramos os seguintes significados: "aborígene; indígena; nascido na própria terra em que vive; nativo." (Dicionário Universal Língua Portuguesa:2001:183). Interpretamos, pois, que autóctone, indígena e nativo são sinónimos.

Mas este investigador também reflecte sobre o estatuto de "línguas nacionais": *"A concessão do estatuto de línguas nacionais a estas línguas (autóctones) seria um reconhecimento oficial deste facto (...) trata-se de uma anormalidade a não concessão do estatuto de línguas nacionais a línguas que a vasta maioria dos cidadãos vêem como veículos das suas tradições culturais genuínas"* (Firmino:2002:285).

Brazão Mazula, actual Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, demonstra preferência por "línguas nacionais", por defender que "a língua é veículo de cultura". Para ele, o conceito de língua nacional está associado ao conceito de Nação (identidade, cultura). Por isso, critica os governos africanos que adoptaram as línguas europeias como línguas oficiais, ao exprimir: *"a opção dos governos africanos pelas línguas europeias significa, em princípio, marginalização das línguas nacionais do processo de construção da historicidade. É um genocídio cultural assumido pelos próprios governos e partidos"* (Mazula:1995:214-215).

Mas, podemos também encontrar em Mazula: línguas moçambicanas a contrapor com "línguas nacionais", como podemos ler na seguinte explicação: *"Em 1982, no contexto de ideias liberais no seio da Frelimo, o IV Congresso reconheceu a diversidade cultural como riqueza nacional e abre-se ao início do estudo das línguas moçambicanas. Mas o Congresso omite-se em falar de línguas nacionais, e fala apenas de línguas moçambicanas. Essa diferença é importante: são*

*moçambicanas porque são faladas em território moçambicano, mas, como são incapazes de construir a Nação, não seriam nacionais*" (ibidem:215).

Esta passagem de Mazula é extremamente importante para se entender o significado de "línguas nacionais", no contexto moçambicano e quiçá no contexto dos países africanos que têm o português como língua oficial. A designação de "línguas nacionais" surgiu em Moçambique conotada politicamente: com *construir a Nação*. Apesar de, hoje em dia, este termo ser utilizado como sinónimo de "línguas bantu moçambicanas", pode ainda aparecer associado à sua origem política, razão pela qual evitamos o seu uso para não dar lugar a más interpretações. Lamentavelmente, o conceito de "língua nacional" não aparece definido nos dicionários de linguística.

No entanto, estamos a par da existência de outros países (sobretudo europeus, caso Espanha), em que o adjectivo "nacional" (exemplo do Catalão) não transporta qualquer conotação política, mas são realidades completamente diferentes. Em África, também encontramos situações similares. Mais adiante, apresentaremos o exemplo de Mali, em que o adjectivo "nacional" não está associado a questões políticas, mas culturais e, graças a uma política linguística aí definida, as línguas nacionais convivem com as línguas oficial e minoritárias; situação diferente em Moçambique, onde não existe ainda uma política linguística ajustada à actual realidade sociolinguística.

Por outro lado, simpatizamos com a posição de Inocência Mata<sup>2</sup>, docente de Literaturas Africanas na Faculdade de Letras de Lisboa, que considerou "língua nacional" aquela que é falada por uma comunidade significativa igual ou superior a 50%. Interpretando desta maneira, e sabendo que em Moçambique, não existe nenhuma língua nessas condições, uma vez que qualquer uma das línguas moçambicanas é, estatisticamente, falada por uma percentagem inferior a 50%, conseqüentemente, nenhuma língua moçambicana está em condições de ser considerada língua nacional. Temos o makua, língua falada a norte e numa parte do centro, que se aproxima, em termos numéricos, 41%, incluindo lómwe e e-chuabo<sup>3</sup>, mas, que mesmo assim, não atinge a percentagem estipulada.

<sup>2</sup> – Entrevista concedida a RDP'África em 1997.

<sup>3</sup> – Dados apresentados por Katupha, no 1º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, em 1985, em Lisboa.

Mazula utiliza, igualmente, "línguas bantu" e "línguas bantu moçambicanas", apesar de se mostrar um pouco reticente em relação à "língua bantu", como se pode depreender, numa das suas notas: "*Segundo investigações do linguista alemão Bleck (1862), cerca de 300 línguas africanas subsaarianas utilizavam o mesmo vocabulário "Bantu" para designar "os homens" (no singular, muntu). Mas nada indica sobre a existência de uma raça e uma língua bantu. Pode falar-se sim de línguas bantu, que pertenciam, por sua vez, à "grande família zindj", apresentando "um aspecto de grande homogeneidade", segundo estudos de W.H. Bleck, C. Meinhof e M. Guthrie*" (ibidem: notas:252).

Considerando sinónimos: "línguas indígenas", "línguas nativas" e "línguas autóctones", achamos que ainda hoje, estes termos se encontram fortemente conotados com o regime colonial, como podemos ver a partir das seguintes passagens retiradas da Tese de Doutoramento de Mazula, acerca da "língua indígena":

"[A Concordata] Permite o uso da "língua indígena" somente no ensino da religião (Art.69º). A Concordata tolerava de "harmonia com os princípios da Igreja" o uso da "língua indígena" no ensino da religião católica. (...) Mais tarde, a Lei do Indigenato entendia o uso dos "idiomas nativos" no ensino somente como instrumento de difusão da língua portuguesa. (...) A. Rebelo usa a expressão de "autóctones" em "Assimilação dos Autóctones: Terapia do Ressentimento (1961)" (Mazula: 1995:66).

"No artigo 2º do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, aprovado pelo Decreto-Lei 39 666, de Maio de 1954, lê-se: "São considerados indígenas nas respectivas províncias os indivíduos de raça negra que, nelas tendo nascido ou vivendo habitualmente, ainda não possuem a cultura e os hábitos individuais e sociais exigidos pela integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses" (ibidem:1995:100).

Como se depreende, o termo "indígena" era preferencialmente utilizado pelo regime colonial para designar "os indivíduos de raça negra que (...) ainda não possuíam a cultura e os hábitos..." dos portugueses e as línguas maternas dos países africanos, distinguindo-as do português. Transportava, pois, o valor pejorativo, como observou Lopes: "Durante o período colonial, eram essencialmente dois termos usados pelos colonos para se referirem às línguas que desde há séculos eram faladas em Moçambique: dialectos e línguas indígenas (ocasionalmente "nativas" ou "autóctones") (...) No contexto colonial ambos os termos eram usados pejorativamente..." (Lopes: 1997:16). Razão suficiente para evitarmos o uso destes termos. Chamamos, contudo, a atenção para o facto desta palavra "indígena" nem sempre estar conotada pejorativamente. Por exemplo, na América e, particularmente, do

Brasil, usa-se, frequentemente, o termo "língua indígena" sem qualquer valor depreciativo.

Embora achemos mais correctas as designações "línguas bantu moçambicanas" e "línguas moçambicanas de raiz bantu", preferimos, por uma questão de economia linguística, utilizar "línguas moçambicanas", como sinónimo dos dois termos mencionados; é um termo complexo, menos longo que resulta de fenómenos de elipse ocorridos num e noutro termo. Evitamos empregar "línguas bantu", por sabermos que estas línguas, com características comuns, são faladas numa determinada região de África, isto significa que a maioria das línguas africanas é de origem bantu, com uma abrangência que não se restringe apenas a línguas de Moçambique.

Depois de ter lido informação sobre a realidade sociolinguística do Mali, foi curioso notar que a questão da designação de *língua nacional* pode, de facto, se tornar um assunto sério. Atentemos à seguinte passagem: *"as autoridades malianas, no seu esforço de unificação linguística ligada à situação económica, têm privilegiado certas línguas dotadas do estatuto de língua nacional. (...) Esta preponderância devolvida às línguas nacionais sobre as línguas "minoritárias" pode ser conflitual."* (Queffélec e Jouannet:1982:11) Esta designação, quando colocada nestes termos de estatuto, pode provocar conflitos linguísticos, pois levanta a questão de línguas minoritárias. É de referir que, no Mali, existem várias línguas maternas, mas apenas quatro delas foram promovidas ao estatuto de línguas nacionais. Situação diferente em Moçambique, onde não existe qualquer língua materna com esse estatuto, uma vez que, entendemos nós, as diferentes designações atrás indicadas nada têm a ver com o valor de "estatuto" de língua nacional, mas com outras motivações que podem ser: académicas, culturais ou políticas, como já foram referidas.

## 2. O papel das Línguas moçambicanas

Para a análise deste *item*, partimos do estudo feito por um grupo de investigadores sobre as funções das línguas nacionais do Mali, onde encontramos algumas semelhanças e dissemelhanças entre as funções das línguas nacionais do Mali e as das línguas moçambicanas. O grupo que investigou as funções das línguas nacionais (utilizando o termo dos autores) do Mali, diz o seguinte: *"a primeira função destas línguas [nacionais] é, naturalmente, de ser a língua do grupo étnico a que lhe corresponde. Idioma vernacular de comunicação, ela é veículo dos valores culturais próprios a esse grupo e, por-*

tanto, o seu emprego tem valor de identificação". (Queffélec e Jouannet:1982:11) As línguas moçambicanas, igualmente, sempre estiveram associadas às tradições e culturas transmitidas de geração em geração, sobretudo nas zonas rurais.

Por outro lado, este grupo refere-se ao contributo que estas línguas deram à população, sobretudo rural numa realidade mais recente: "...a promoção das línguas nacionais permite fazer participar imediatamente as populações na vida política e social (...) legitima a reabilitação do património cultural maliano, devolve a dignidade aos locutores destas línguas e evita aumentar o fosso entre urbanos e rurais..." (ibidem:11-12) Do mesmo modo, hoje em dia, em Moçambique, é inquestionável o papel importante que estas línguas têm desempenhado, graças ao seu reconhecimento como línguas maternas. Elas têm sido utilizadas em vários domínios.

Não queríamos, contudo, de deixar de nos referir a uma diferença que merece ser registada, é que, enquanto que no Mali, existe uma língua que funciona como veicular, ou seja, é entendida por todos, em Moçambique, não. Assim, segundo estes autores, o Bambara era também utilizado "como uma língua veicular, mesmo por oficiais franceses, na tropa colonial. A sua receptividade, a sua permeabilidade aos empréstimos de origem francesa explicam que muitos colonos falem mais facilmente bambara que outras línguas... (...) é a principal língua de comunicação inter-étnico entre locutores que não têm a mesma língua materna." (ibidem:12) Em Moçambique, podemos encontrar falantes bilingues de línguas moçambicanas, devido ao factor migratório, mas, de facto, não existe uma língua que atravesse todo o país a não ser o português.

## 2. 1. Língua moçambicana na educação

Para a análise deste item e dos que vêm a seguir, partimos da seguinte realidade sociolinguística: "Moçambique continua a ser um país onde quase três quartos da população tem com L1's (línguas maternas). línguas do grupo bantu" (Gonçalves:1996:27). Isto não quer dizer que o português não seja também a língua materna de alguns moçambicanos; mas por se tratar ainda de uma minoria, circunscrita ao espaço urbano, vamos interpretar, neste artigo, línguas maternas como sinónimo de línguas moçambicanas e língua segunda como sinónimo de português.

Assim, pelo facto de análise sobre as línguas maternas no ensino será feita tendo em conta a espontaneidade e a criatividade, características principais de qualquer língua materna, como podemos constatar a

partir desta passagem: "...os seres humanos adquirem espontaneamente, com incrível rapidez e uniformidade, a língua natural da comunidade em que passam os primeiros anos da vida – a sua língua materna – e usam-na criativamente como locutores, interlocutores e ouvintes" (Sim-Sim et alii:1997:15).

Por outro lado, com a massificação do ensino, sobretudo a nível básico, os dirigentes da educação começaram a analisar o problema do insucesso escolar associado à língua utilizada, que era o português. Consequentemente, apostaram no estudo investigativo das línguas moçambicanas e passaram a dar mais importância a teorias que defendiam o ensino primário através das línguas maternas.

*Por língua materna entendemos a língua "que é aprendida como instrumento de comunicação desde a mais tenra idade e é utilizada no país de origem do sujeito falante" (Galisson e Coste:1983:442).*

### 2. 1. 1. No ensino básico

Até há pouco tempo, o português era a única língua do ensino nas escolas moçambicanas, apesar de, como sabemos, não ser a língua materna da maioria de moçambicanos. Esta situação criava alguns contrangimentos no ensino, uma vez que os alunos, por um lado, não podiam ser *espontâneos* e nem *criativos*, por outro lado, demonstravam dificuldade na assimilação dos conteúdos programáticos. Consequentemente, as nossas instituições ligadas ao ensino introduziram as línguas maternas a par do português, a língua segunda (LS) da maioria das crianças principiantes que chegam ao ensino primário.

Sobre língua segunda, Galisson e Coste definem: "*A língua segunda e a língua estrangeira definem-se ambas como não maternas (são instrumentos de comunicação secundários ou auxiliares), mas distinguem-se uma da outra pelo facto da língua segunda beneficiar oficialmente de um estatuto privilegiado. Enquanto a língua estrangeira é aprendida por indivíduos, a língua segunda é ensinada como língua veicular a toda uma comunidade em que a (ou as) língua(s) materna(s) é (ou são) praticamente desconhecida(s) fora das fronteira(s) do país*" (ibidem:442-443). Esta definição não estabelece claramente a diferença entre língua segunda e estrangeira, no entanto sublinha o estatuto privilegiado que a língua segunda tem sobre a estrangeira, que é aliás a situação do português em Moçambique, relativamente ao inglês e a outras línguas estrangeiras.

Na seguinte passagem, Roulet chama a atenção para a importância da língua materna na aprendizagem da segunda língua: "*A contribuição do*

*estudo da língua materna no ensino da língua segunda não se situa apenas a nível do conteúdo (...) os princípios e os procedimentos em jogo nos dois sistemas são semelhantes e (...) ao descobrir um modelo do princípio ou uma realização do procedimento na sua língua materna, descobrirá facilmente na língua segunda"* (Roulet:1980:85).

Apesar de, em Moçambique, ser recente a introdução de línguas maternas no ensino básico, outros países já tinham passado por esta experiência, e mesmo entre investigadores moçambicanos, havia quem partilhasse dessa ideia, desde há algum tempo:

Lopes encorajava o ensino das línguas maternas por 4 razões: "A educação em língua materna deve ser encorajada, pelo menos, pelas seguintes razões: 1) todas as línguas faladas nativamente por moçambicanos (línguas bantu, língua portuguesa, línguas asiáticas) têm igual valor e são capazes de exprimir quaisquer pensamentos e conceitos...; 2) todas as línguas faladas nativamente por moçambicanos devem ter os mesmos direitos e ser utilizadas em vários domínios, incluindo na educação; 3) os resultados de investigação sobre o desenvolvimento cognitivo indicam que as crianças aprendem conceitos básicos e são alfabetizadas mais efectivamente na sua língua materna; 4)...em diferentes estudos, crianças multilíngues demonstraram maior flexibilidade cognitiva do que crianças monolíngues, especialmente em matemática e ciência" (Lopes:1997:26).

Jorgete de Jesus<sup>4</sup> defendia a introdução das línguas bantu nas escolas moçambicanas e argumentava: "*as línguas bantu ajudam a compreender erros do Português*".

No entanto, foi o INDE, Instituto Nacional de Desenvolvimento, a instituição pioneira na implementação do ensino de línguas maternas a nível primário. Os investigadores deste Instituto, cedo, compreenderam que "*Ao iniciar a escolaridade básica, qualquer criança possui um domínio significativo da língua usada no grupo de socialização primária, i.e., a família. Tal domínio resulta de um processo de aquisição natural e espontâneo da língua materna, sem que para tal seja necessário um mecanismo formal de ensino*" (Sim-Sim et alii:1997:35).

Para estas autoras, a valorização da língua materna é extremamente importante, no ensino básico, por preservar a espontaneidade, atrás referida, condição que contribuirá para o aluno assimilar com menos dificuldade os conteúdos programáticos, mitigando, conseqüentemente o insucesso escolar.

---

<sup>4</sup> – Licenciada pela Universidade Pedagógica em entrevista no jornal O Universitário, de 20/11/00.

Firmino, para além de defender a integração das línguas moçambicanas no ensino, faz referência a esta instituição de investigação ao escrever: "*Sob a supervisão do INDE, o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, (...) muitos programas educacionais experimentais usando línguas autóctones como meio de ensino estão em curso. Um desses programas consiste em aulas de alfabetização para mulheres, cuja língua de ensino é o Xichangana, na província de Gaza, e Cisena e Cindau, na província de Sofala. Nas províncias de Gaza e Tete também se usam as línguas autóctones locais como meio de instrução em aulas experimentais do ensino primário concebidas para crianças*" (Firmino:2002:109).

Este autor sublinha, igualmente, a importância do trabalho de investigação desenvolvido pelo INDE na área da alfabetização feita sobretudo em três línguas: xichangana, cisena e cindau.

Pelas razões apontadas, os responsáveis pelas instituições de ensino moçambicano desenvolveram acções concretas: "*O Seminário de 1988 lançou as bases para que fosse possível iniciar a utilização das línguas moçambicanas no ensino. Actualmente estão em curso programas experimentais de alfabetização em línguas moçambicanas, alfabetização bilingue de mulheres e escolarização de crianças ao nível do ensino primário integrada num programa de educação bilingue*"<sup>5</sup> (Sitoe e Ngunga: 2000:7).

O Seminário de 1998 constituiu o momento de decisão sobre a introdução das línguas maternas no ensino, primeiro a nível de alfabetização em programas experimentais, depois na escolarização de crianças em programa de educação bilingue em algumas escolas das províncias anteriormente referidas.

Nesta perspectiva, foi aprovada, na Assembleia da República, em 2001, a utilização de línguas moçambicanas no ensino, como meio auxiliar no ensino e aprendizagem. Assim, passou a ser permitido e até mesmo incentivado que o professor do ensino primário recorresse a línguas moçambicanas para explicar um determinado vocábulo aos alunos, mesmo tratando-se de matéria relacionada com a disciplina de português.

Contudo, é com a introdução das línguas moçambicanas no novo currículo do ensino básico, lançado no dia 19 de Janeiro de 2004, que o Ministério da Educação dá um passo importantíssimo neste campo. Não desenvolveremos aqui este assunto, por não termos analisado o referido currículo.

<sup>5</sup> – Passagem inserida do discurso proferido pelo então Ministro da Cultura, Juventude e Desportos. Prof. Doutor Mateus Katupha, por ocasião da sessão solene de abertura do II Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas, em 8 de Março de 1999.

### 2.1.2. No ensino superior

Passados apenas dois anos de Independência do país, em 1977 e, talvez, partilhando-se da mesma ideia que o investigador brasileiro Rodrigues: “O estudo dessas línguas (línguas indígenas) é evidentemente de grande importância para o incremento dos conhecimentos lingüísticos. Cada nova língua que se investiga traz novas contribuições à lingüística; cada nova língua é uma outra manifestação de como se pode realizar a linguagem humana,”<sup>6</sup> (Mattoso Câmara Jr.:1979:5), foi introduzida, pela primeira vez, na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane uma cadeira designada “Problemas de Bilinguismo” e, no ano seguinte: “Em 1978 foi introduzida a primeira cadeira de lingüística bantu, na perspectiva moderna da ciência lingüística,...” (Sitoe e Ngunga:2000:8). Foi uma porta aberta para o surgimento de outras cadeiras como “Situação Lingüística em Moçambique” e “Lingüística Descritiva das Línguas Bantu”.

Em 1980, foi criado o “Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas”, que tem como acrónimo NELIMO. Este núcleo “*tinha por objectivo realizar pesquisa das línguas moçambicanas (línguas bantu faladas em Moçambique) com vista à sua promoção, valorização e seu desenvolvimento. Mais concretamente, o Nelimo dedicar-se-ia à elaboração e publicação de gramáticas, dicionários, artigos sobre diferentes aspectos das línguas moçambicanas desde a sua estrutura até à sua função e utilização na sociedade*” (ibidem:8).

Este núcleo realizou trabalhos valiosos de pesquisa das línguas moçambicanas e publicou obras nesta área também de relevado interesse.

Actualmente, transformado num Centro de Investigação da UEM, o Nelimo continua a contribuir, consideravelmente, na investigação das línguas moçambicanas e a colaborar com instituições que se interessam por esta matéria. Temos exemplos da sua participação na Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas, feita pela Rádio Moçambique (RM) e na colaboração dada à SIL (Sociedade Internacional de Linguística) nos trabalhos de tradução da Bíblia para as línguas moçambicanas. Continua, igualmente, a publicar trabalhos de pesquisa sobre as línguas moçambicanas.

Conscientes da necessidade de estudos sobre as Línguas moçambicanas para a compreensão de alguns fenómenos culturais e da identidade do povo moçambicano, as instituições do ensino superior tendem a intro-

<sup>6</sup> – D. Rodrigues, Aryon, “Tarefas da Lingüística no Brasil”, in Revista Estudos Lingüísticos, São Paulo, 1966

duzir e/ou a manter cadeiras de Línguas moçambicanas ou com elas relacionadas nos seus Planos de Estudo. A Universidade Eduardo Mondlane tem a funcionar, desde 1989, a disciplina de línguas moçambicanas nos Cursos de História e de Linguística; lecciona, igualmente, como cadeiras opcionais, o changana e o macua. Para além destas disciplinas curriculares, está prevista, também nesta instituição do ensino superior, uma actividade não curricular: a Tradução no Ensino das Línguas Bantu. Por outro lado, o ISPU (Instituto Superior Politécnico e Universitário) oferece a disciplina de Etnolinguística no Curso de Ciências da Comunicação.

Estão directamente envolvidas em estudos e desenvolvimento de línguas moçambicanas e organização de programas de ensino bilingue, instituições como: a Universidade Eduardo Mondlane, através do seu Centro de Investigação, o NELIMO (Centro de Estudos das Línguas moçambicanas), Ministério da Educação, através do INDE (Instituto Nacional para o Desenvolvimento de Educação), o Ministério da Cultura, através do ARPAC (Arquivo do Património Cultural) e a SIL (Sociedade Internacional de Linguística).

### 2. 1. 3. Problema do bilinguismo

O problema do bilinguismo no ensino pode ser encarado a dois níveis: a nível do ensino de crianças e a nível da alfabetização de adultos. Muitos autores que se pronunciam sobre esta matéria não estabelecem esta distinção que, para nós, é fundamental uma vez que os mecanismos cognitivos no processo de aprendizagem são diferentes na criança e no adulto. Este último já tem a sua língua materna estruturada e a aprendizagem de uma outra língua é sempre feita tendo a sua como parâmetro de comparação. A criança, sobretudo nova, está apta a aprender as duas línguas em simultâneo: uma em casa (a língua materna) e outra na escola (o português), significando que, se forem reunidas todas as condições de aprendizagem, estamos perante uma situação de bilinguismo perfeito, que é entendido com o mesmo ou aproximado domínio das duas ou mais línguas.

A questão do bilinguismo no ensino tem levantado algumas discussões: alguns investigadores (poucos) atribuem o insucesso escolar ao bilinguismo, outros há que defendem que a situação bilingue só traz vantagens aos falantes: Valdman partilha desta última posição ao afirmar: *“Os falantes bilingues – (...) – têm em relação aos falantes monolingues a vantagem de dispor de uma gama de elementos sobre os quais eles podem jogar de forma*

*a tornar a comunicação mais eficaz, tanto do ponto de vista da precisão de informação, como do seu efeito sobre o destinatário da mensagem"* (Frey e Latin:1996:31).

Concordamos com Valdman, pois também achamos que o falante bilingue quase sempre se encontra em situação mais privilegiada que o monolíngue, uma vez que aquele dispõe de dois ou vários esquemas estruturais de línguas, facilitando, por isso, a comunicação. A nossa experiência, como docente da língua portuguesa a estrangeiros (adultos), demonstrou-nos que os aprendentes, que dominam a estrutura de uma língua, tinham mais facilidade de assimilar a estrutura de outra língua, neste caso, a do português. Denotavam alguma dificuldade na expansão e enriquecimento lexical, sobretudo se as novas unidades lexicais diferissem muito das da sua língua materna. Assim, para nós, a situação bilingue, quando bem encaminhada pelos docentes, que devem ser pessoas formadas, não pode ser considerada a causadora do insucesso escolar nas primeiras classes ou na alfabetização de adultos, antes pelo contrário, deve constituir uma mais valia no processo de aprendizagem.

Mas há um aspecto que, muitas vezes, parece ser ignorado, é o facto de os moçambicanos não gozarem de bilinguismo propriamente dito, mas sim de diglossia, como já nos havíamos referido anteriormente: *"Para além do plurilinguismo, Moçambique, tal como a maioria dos países africanos, goza de uma situação de diglossia"* (Mendes:2000:28:). Este termo é aqui interpretado como: *"... situação bilingue na qual uma das línguas é de estatuto sócio-político inferior"* (Dubois et alii:1989:155). Isto significa que, efectivamente, sobretudo, nas zonas rurais, as crianças e adultos dominam apenas a sua língua materna, e não duas línguas, como muitas vezes se afirma. Na escola, eram/são obrigados a enfrentar, pela primeira vez, o português, e forçados a raciocinar nessa língua que era até aqui a única língua veicular. Com o actual currículo, este problema poderá ser minimizado.

## **2. 2. Línguas moçambicanas na comunicação social**

O Tratado de Outubro de 1954, ainda no tempo colonial, abriu portas para a introdução de línguas moçambicanas na Rádio Moçambique (RM). Neste Tratado, os governos da *"Rodésia do Sul, Rodésia do Norte e Niassalândia acordaram em estabelecer uma organização comum de radiodifusão destinada a servir, separadamente, as populações indígenas e não-indígenas nos três territórios. O serviço africano teve muito êxito, pois desenvolveu entre os indígenas o gosto pela rádio. (...) A rádio prestava-se, assim, a desempenhar um importante papel na obra de colonização e "civilização do preto"*" (História das Línguas moçambicanas na Rádio Moçambique: 2001:13)".

Em 1949, segundo a mesma fonte, o “maestro Belo Marques faz estudos e capta a música e cantos indígenas” (ibidem:13) no sul de Moçambique. Esse produto irá alimentar as futuras emissões nas “línguas nativas”.

Mas foi através de “uma portaria de 12 de Maio de 1951, que o Governo considerou línguas veiculares, pelas suas tradições e importância: O Xironga para o Sul, o Cisena para o Centro e o Emakhuwa para o Norte. Estas línguas eram igualmente as mais usadas nas principais cidades para onde convergiam “indígenas” de todos os grupos étnicos à procura de emprego ou para vender os seus produtos. Atendendo a esta última circunstância pode-se acrescentar o Echuwabu em Quelimane. É esta portaria que irá regulamentar, no futuro, o uso das línguas moçambicanas nos emissores da Colónia” (ibidem:13).

Em 1960, tiveram início as primeiras emissões em línguas moçambicanas: o xichangana em Lourenço Marques e o echuwabu na Zambézia. Desde aí, este órgão tem desenvolvido vários trabalhos relacionados com as línguas moçambicanas, resultando, há bem pouco tempo, numa publicação de uma brochura denominada *História das Línguas Moçambicanas na RM*.

Para além da expansão das línguas moçambicanas, a RM a partir da década 80 começa a preocupar-se seriamente com o papel das línguas moçambicanas na missão da rádio. É neste âmbito que se realizam seminários de radiofusão em línguas moçambicanas que tiveram lugar em 1988, 1991 e 1996.

Estas acções da Rádio Moçambique têm merecido reconhecimento por parte de várias individualidades que têm sublinhado o papel da RM na difusão e divulgação das línguas moçambicanas, como podemos constatar, na intervenção de Katupha aquando da abertura do II Seminário sobre a Padronização da Ortografia de línguas moçambicanas: “É de destacar o papel da Rádio Moçambique, o órgão de maior alcance no domínio da comunicação social em línguas moçambicanas e na difusão de programas informativos e formativos em línguas moçambicanas. (...) Os programas radiofónicos em línguas moçambicanas também abrangem as áreas informativa, cultural, educativa, formativa e recreativa” (Sitoe e Ngunga: 2000:8-9).

Assim, a Rádio Moçambique, quer no tempo colonial, quer agora, procurou sempre fazer-se ouvir nos pontos mais longínquos. Actualmente, tem a preocupação de cobrir o maior número possível de pontos do país, onde são faladas as diferentes línguas moçambicanas.

Na televisão, por vezes, os entrevistados podem responder em línguas moçambicanas, mas com tradução para o português. Recentemen-

te, a televisão cobre alguns discursos de dirigentes políticos em línguas moçambicanas, mas sempre traduzidos para o português. Aparecem também novas experiências de teatros televisivos, onde se utilizam diálogos em línguas moçambicanas, acompanhados de legendas portuguesas.

Não temos registo da existência de jornais actuais impressos em línguas moçambicanas, embora tenhamos informação que o jornal *O Brado Africano* tinha uma publicação bilingue: português/ronga. A Rádio Moçambique editou, entre 1996 e 1997, a revista *Livaningo* (que significa luz) escrito em xironga e xichangana), línguas do sul de Moçambique (Cf. *História das Línguas Moçambicanas na RM*: 2001:2).

### 2. 3. Línguas moçambicanas em outros sectores

A Igreja foi uma das poucas instituições autorizada a utilizar línguas moçambicanas, mesmo no tempo colonial, como já nos referimos, através do acordo entre o Governo e a Santa Fé: "*Para mitigar a agressividade do sistema, o governo português soube utilizar-se da hierarquia católica, assinando com a Santa Fé uma Concordata e o Estatuto Missionário. (...) O artigo 66º estabelece que o ensino especialmente destinado aos indígenas deverá ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e aos auxiliares. Permite o uso da "língua indígena" somente no ensino da religião. (Art. 69º)*" (Mazula:1995:66). Essa "missão" teve a sua expressão, sobretudo nas Igrejas Metodistas e nas da Missão Suíça.

Só depois da Independência, surgiram, nas Igrejas católicas, missas e cânticos em línguas moçambicanas. Actualmente, aparecem livros e revistas religiosos traduzidos para as línguas moçambicanas.

Na literatura, começam a aparecer algumas obras escritas em línguas moçambicanas. Bento Siteo publicou obras escritas em Changana: *Thandavante, Zabela e Musongi*.

Nas peças teatrais, usa-se, com frequência, unidades lexicais ou expressões em línguas moçambicanas.

Em 2000, a Assembleia Municipal da Cidade de Maputo decidiu fazer do Ronga uma língua de trabalho, apesar de na prática não se verificar a utilização desta língua entre os deputados (Jornal *Notícias*, de 14/11/2000).

Os dirigentes políticos, por vezes, preferem utilizar as línguas moçambicanas locais nos seus discursos, principalmente em períodos

de campanha eleitoral. Actualmente, esta prática tende a expandir-se também em campanhas de esclarecimentos e de educação cívica sobre: SIDA, vacinação de crianças, calamidades, conservação das sementes, queimadas descontroladas...Quando não as dominam, solicitam traduções dos seus discursos feitos em português para as línguas moçambicanas locais.

### 3. Influências das línguas moçambicanas no português

As influências de empréstimos de línguas moçambicanas no português que hoje em dia observamos não é um fenómeno novo, Cabral, em 1975, já estava atento a esse aspecto quando escreveu: "A língua portuguesa está também recebendo forte influência das línguas moçambicanas. São imensos os vocábulos que empregamos no nosso dia-a-dia e alguns até correntes em Portugal: *lenga-lenga*, *minhoca*, *magaíssa*, *macambúzio*, *chova*, *milenga*, *bula-bula*, *famba*, *suca*, *maningue*, *chinchá*, etc." (Cabral:1975:6).

Apenas uma destas unidades lexicais caiu em desuso, as restantes continuam a ser utilizadas. São os casos de: *lenga-lenga* (conversa monótona e fastidiosa), *minhoca* (verme anelídeo que vive na terra húmida), *magaíssa* (indivíduo moçambicano que regressa das minas de África do Sul), *macambúzio* (indivíduo mal encarado, carrancudo), *chova* (empurrar), *bula-bula* (conversa), *famba* (vai), *suca* (forma para expulsar/afastar um cão), *maningue* (muito). Chamamos a atenção para a falta de consenso sobre a origem desta última unidade lexical. Há investigadores que defendem que é uma forma de origem inglesa, proveniente de *many*, enquanto outros defendem que vem do *sena*, uma língua moçambicana falada no centro do país.

Hoje em dia, são notórios os fenómenos lexicais resultantes desta influência, quer através de unidades lexicais (vocábulos) cuja origem se tende a perder de vista: *lenga-lenga* e *suca*; quer através de unidades lexicais mais presas à etimologia: *gueva* (revender), *tchova* (empurrar) *dumba nengue* e *tchungamoyo* (mercado informal); quer ainda através de unidades lexicais híbridas, ou seja, àquelas que apresentam morfemas das duas línguas: a moçambicana e a portuguesa. Este fenómeno observa-se, fundamentalmente, nas construções verbais em que, geralmente, apresentam uma base na língua moçambicana e a desinência em português: *guevar* e *tchovar*.

## Bibliografia Consultada:

- CABRAL, António Carlos Pereira, 1975. *Empréstimos linguísticos nas línguas moçambicanas*, Lourenço Marques.
- DUBOIS et alii, 1989. *Dictionnaire de Linguistique*, Paris, Larousse.
- Dicionário Universal Língua Portuguesa*, 2001. Moçambique Editora.
- FIRMINO, Gregório, 2002. A "questão linguística" na África pós-colonial: O caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique, Maputo, Promédia.
- FREY, Claude, LATIN, Danièle, 1996. *Le corpus lexicographique. Methodes de constitution et de gestion*. Actes des troisièmes journées scientifiques du réseau thématique de recherche "étude du Français en francophonie". Cameroun, Universités Francophone (AUPELF-URG).
- GALISSON, Robert, COSTE, Daniel, 1983. *Dicionário de Didáctica das Línguas*, Coimbra, Livraria Almedina.
- GONÇALVES, Perpétua, 1996. *Português de Moçambique. Uma variedade em formação*, Maputo, Livraria Universitária e Faculdade de Letras da U.E.M.
- GONÇALVES, Perpétua, (org.) et alii, 1998. *Mudanças do Português em Moçambique. Aquisição e formato de estruturas de subordinação*, Maputo, Livraria Universitária da U.E.M. *História das Línguas Moçambicanas na RM*, 2001. (Coordenação de NDAPASSOA, António Miguel), Maputo Rádio Moçambique, Direcção de Emissões em línguas moçambicanas.
- História da Rádio Moçambique*, nº 2, 2002. (Coordenação de NDAPASSOA, António Miguel), Maputo, Rádio Moçambique.
- História da Rádio Moçambique*, nº 3, s/d. (Coordenação de NDAPASSOA, António Miguel), Maputo, Rádio Moçambique.
- Jornal O *Universitário de 20/11/00* (Entrevista feita a Jorgete de Jesus).
- LOPES, Armando Jorge, 1997. *Política Linguística. Princípios e Problemas*. Maputo, Livraria Universitária.
- MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, Joaquim, 1979. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, Rio de Janeiro, 3ª ed., ao Livro Técnico, Linguística e filologia.
- MAZULA, Brazão, 1995. *Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985*, Maputo, Edições Afrontamento e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa.
- MENDES, Irene, 2000. *O Léxico no Português de Moçambique. Aspectos neológicos e terminológicos*, Maputo, Promédia.
- PRATA, A. Pires, 1983. *A Influência da Língua Portuguesa sobre o Suahili e quatro Línguas de Moçambique*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- QUEFFÉLEC, A., JOUANNET, F. (Resp.), 1982. *Inventaire des particularités lexicales du français au Mali*, Association d'Études Linguistiques Interculturelles Africaines, CNRS, Groupe de Travail IFM de l'AELIA, Nice, Institut National de la Langue Française, URL 9.
- ROULET, Eddy, 1980. *Langue maternelle et langues secondes. Vers une pédagogie intégrée*, Hatier-Credif.
- SIM-SIM, Inês et alii, 1997. *Língua Materna na Educação Básica. Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*, Lisboa, Ministério da Educação. Departamento da Educação Básica, Colecção Reflexão Participada.
- SITOE, Bento, NGUNGA, Armindo, 2000. *Relatório do II seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*, Maputo, Nelimo, Universidade Eduardo Mondlane.